

**A MINHA LEITURA DUMA HISTÓRIA SOBRE BRAGANÇA, © J. Chrys
Chrystello**

01. BRAGANÇA

Queria partilhar convosco um pouco desta terra cheia de história. Segundo muitos escritores Bragança foi fundada por Brigo IV, rei de Hispânia, no ano de 1096 antes de Cristo. O douto Abade de Baçal, porém, reputa essas afirmações como lendárias. A princípio chamava-se Celobriga, mais tarde Brigâncio ou Brigância. No tempo dos romanos já era uma cidade de grande importância, a que Augusto César pôs o nome de Julióbriga (em homenagem a seu tio Júlio César, que a tinha reedificado e fez município do antigo direito latino. Dr. Rocha Martins 1889). Não se julgue que não houve outras Brigancias. Há, segundo Quicherat, uma cidade Brigantia na Gália Cisalpina (hoje Briançon), e também Brigantia, cidade da Vindelícia, região entre os Alpes e o Danúbio. Todas essas Brigantiae devem ter origem celta. Brigantia passou a Bragança por meio da forma Bregança. A primeira povoação, bastante importante, foi fundada anteriormente à era cristã. A antiga Cidade de origem neolítica foi posteriormente um importante centro romano localizado na zona atual da Sé. Às invasões bárbaras sucederam-se as guerras entre mouros e cristãos e a Bragança primitiva desapareceu permanecendo enterrada até aos nossos dias com inúmeros vestígios recuperados que podem observar na sala de exposições neste piso.

Pelos meados do século X, (contemporaneamente, portanto, ao repovoamento da região vimaranense pelo conde Ermenegildo Gonçalves e por sua consorte, a célebre Mumadona) as terras de Bragança eram senhoriadas por um irmão daquele, o conde Paio Gonçalves. Com o andar dos tempos, essa tenência veio a encabeçar-se num dos ramos dos Mendes. Em julho de 1128 senhoriava-a Fernão Mendes, cunhado de Afonso Henriques, que um documento de 7 de julho desse ano mostra integrado na corrente política de apoio ao movimento de independência. No fim desse século, em 1199, as desavenças de D. Sancho I com o rei de Leão (Afonso IX) – motivadas por razões políticas e acentuadas por ter este repudiado sua esposa, a infanta D. Teresa, filha do monarca português – estenderam a luta a Bragança, sofrendo a terra, e as fortificações então porventura existentes, os efeitos do cerco posto pelo rei leonês, até serem disso libertadas pela ação de D. Sancho.

Aquando da restauração da cidade em 1130, os coevos de então escolheram um local diferente, no cimo dum outeiro a centenas de metros da anterior cidade. Nascida em território pertencente ao Mosteiro Beneditino de Castro de Avelãs em cedência de outras vastas áreas, por Fernão Mendes, Bragança só em 1187 vem a conhecer o primeiro foral, com D. Sancho I no intuito de fixar moradores. Ter-lhe-ia sido dado esse foral pela sua efetiva importância militar, uma vez que se situava na linha de fronteira com a Galiza? O foral dava-lhe grandes privilégios, tendo sido construído nessa época o castelo.

El-Rei D. Dinis incrementou a construção do castelo, mas D. Afonso IV, subindo ao trono em 1325, logo moveu perseguição contra o mais idoso dos seus irmãos ilegítimos, D. Afonso Sanches, confiscando-lhe os bens que possuía em Portugal. Este, em defesa dos seus interesses, moveu guerra ao monarca, vindo da vizinha vila de Albuquerque em Castela onde então residia, invadiu Portugal pela fronteira de Bragança, pondo tudo a ferro e fogo, até que, por intervenção da Rainha Santa Isabel, se fez a paz. No reinado de D. Afonso IV (1325-57), são atribuídas à vila

.....
as terças das igrejas da região "*para reparamento dos muros*". Este facto é confirmado numa carta escrita por D. Fernando, onde afirma que a cerca está deteriorada e a requerer muitos trabalhos, levados a cabo em finais desse século. A Torre de Menagem demorou então 30 anos a concluir. De arquitetura gótica, distinguindo-se pela elegância as janelas em ogiva, ameias e seteiras, as suas linhas apresentam semelhanças com alguns castelos ingleses do mesmo período.

No decurso da campanha de 1369, movida contra D. Fernando por Henrique I de Castela, Bragança foi dominada pelas tropas castelhanas que se assenhorearam da vila, tudo voltando, porém, à posse portuguesa com o tratado de paz de Alcoutim em 1371. D. Fernando ofereceu-a como dote a uma das suas cunhadas, irmã de D. Leonor Teles. Nos anos de crise dinástica e de guerra que se seguiram à morte de D. Fernando, as versatilidade políticas do alcaide João Afonso Pimentel fizeram mudar de mão, por mais de uma vez, o castelo de Bragança. Pimentel era partidário da herdeira do trono, D. Beatriz, e de seu marido, o rei de Castela. Apenas em 1386, por diligência do condestável reconheceu a autoridade de D. João I. Doze anos depois, como o rei deixara sem castigo o assassinato de sua filha D. Brites Pimentel, pelo marido Martim Afonso de Melo então alcaide de Évora resolveu, como represália, voltar ao partido do monarca castelhano, e, emigrando para Castela, fez-lhe menagem do seu castelo, o qual só em 1400 foi restituído a Portugal, pelo assentamento de tréguas negociado em Segóvia.

Foi dada, como ducado em 1442, a um filho natural de D. João I, ficando então definitivamente na posse da Casa de Bragança, sendo primeiro duque D. Afonso, (filho ilegítimo de D. João I e genro do Condestável, Nuno Álvares Pereira), e tornou-se uma das mais importantes casas da Europa. Dela sairão alguns reis portugueses. Em 1455, é-lhe concedida uma feira franca, o que revela bem a importância do burgo. A cidade veio a conhecer relativo desenvolvimento com os Judeus, que nela encontravam acolhimento e "asilo quase seguro".

Em 1464, a pedido do 2º Duque D. Fernando de Bragança, recebe de D. Afonso V, o foral de cidade e a partir daí cresceu depressa. Em 1560 constrói-se o colégio dos Jesuítas. Bragança desenvolveu-se ao abrigo do seu castelo, aninhada num terreiro de quase três hectares, defendido por uma linha de muralhas com o vértice orientado a Oeste, sentido em que cresceu o arrabalde, depois incorporado na vila. Aí, entre dois dos torreões que lhe servem de reforço, rasga-se a Porta chamada de Santo António, defendida por uma barbacã, na qual se situa, a Porta da Vila, denominação que deve ter sido anterior aquela – pois a barbacã é de construção posterior à muralha, como sugere a diversidade de estilos das referidas entradas, de volta redonda a primeira e ogival a segunda.

Na face oposta a esse lado, abria-se a Porta da Traição, habitual saída de recurso de volta para os campos, porta esta que, conjuntamente com a adjacente muralha, foi há pouco reconstruída. Na face sul, um saliente quadrangular termina pelo chamado Poço d'el-rei, construção de defesa dum cisterna, da qual lhe adveio o nome. Aqui se viria a edificar a famosa *Domus Municipalis*. Com uma forma de pentágono irregular, a sua singularidade não se limita à arquitetura, de que é exemplar único. De origem misteriosa, os historiadores não conseguem datar com precisão a época da sua construção. Enquanto alguns autores a situam no século XII, outros defendem a teoria de que terá sido erguida no século XV,

.....
sendo o seu estilo românico civil tardio. Outras teses atribuem-lhe uma raiz romana ou grega. Sabe-se que foi um importante reservatório de água, com um subterrâneo composto por uma cisterna abobadada, a "Sala d'Água", fazendo a cachorraria interior e exterior converter para a cisterna e sua nascente as águas pluviais. O piso térreo sem divisões tem uma bancada de granito ao longo das paredes - a "Casa da Câmara" - e serviu como lugar de reunião dos "homens bons" do concelho, a partir do século XVI. Poderá igualmente ter albergado os peregrinos que rumavam a Santiago de Compostela, já que a cidade era um importante ponto de passagem.

Nos séculos seguintes ainda se mantiveram as vicissitudes de Bragança e de seu castelo. Em 1580, por ocasião da segunda crise dinástica portuguesa, subsequente à morte do cardeal-rei D. Henrique, foi uma das primeiras terras que patrioticamente reconheceram a realeza do Prior do Crato, D. António. Em 1762, sofreu o assalto das tropas espanholas, enviadas pelo Marquês de Sarria para a invasão de Trás-os-Montes, e em 1808, ergueu-se valorosamente contra o invasor napoleónico. Hoje ergue-se contra a desertificação humana, o desinteresse político e o afastamento dos centros de poder, com iniciativas como estes Colóquios.

No alto da colina de Nossa Senhora do Sardão, a Cidadela de Bragança é um dos núcleos muralhados mais harmoniosos e bem preservados de Portugal. Um extenso conjunto de muralhas, com um perímetro de 660 metros, conta com quinze torres ou cubelos e outros tantos panos de muro, com a espessura média de dois metros, com três portas (duas Portas, a de Santo António e a Porta do Sol) e dois postigos (a Porta da Traição e o postigo do Poço do Rei). Toda a cerca é ameada e define uma planta ovalada que apresenta o seu interior orientado segundo dois eixos viários, que estabelecem a ligação entre a Porta de Santo António, que dá para a parte velha da cidade, e a Porta do Sol, a nascente. Destes dois eixos é a rua da Cidadela aquela que faz o antigo traçado entre as duas portas. O esquema tem como base a Porta de Santo António, a partir da qual irradiam duas ruas e respetivos quarteirões edificadas. À esquerda encontra-se um pequeno quarteirão, interrompido pelo espaço onde se localiza o Pelourinho e que antigamente foi ocupado pela igreja de S. Tiago. Ao centro fica o principal aglomerado populacional, que tem no seu topo a Igreja de Santa Maria (também designada de Nossa Senhora do Sardão), de origem românica, do início do século XVI, nela se misturam o estilo renascença e o barroco, em consequência da transformação que sofreu aquando da sua reconstrução no século XVIII. Esta é também a época da pintura que se pode ver no teto da igreja. Ao lado, fica a Domus Municipalis.

Adossada exteriormente à muralha na sua face norte, acha-se a Torre da Princesa, que é tudo quanto resta do paço do alcaide, cenário de tragédias íntimas. Destas tragédias sobressaem a da infanta D. Sancha, irmã de Afonso Henriques, humilhada pelo adultério do marido e senhor da terra, Fernão Mendes, e a de D. Leonor, infeliz esposa, e injusta vítima, do muito ciumento D. Jaime, Duque de Bragança.

Não vos falarei aqui das várias versões da lenda da Torre da Princesa e dos seus amores proibidos, pois dela se ocupa a nossa página na internet. Foi nesta Torre que o 4º Duque de Bragança aprisionou a mulher, D. Leonor. Constava que era

.....
tão linda que ele não deixava que mais nenhum homem a olhasse, por isso, quando teve de se retirar com a Corte para Lisboa, assassinou-a. O lado norte foi arranjado e atualmente é uma ampla zona que torna a Torre de Menagem ainda mais imensa do que já é. Esta é um imóvel quadrangular de 17 m de lado e 34 m de altura, dotado de sapata de cerca de 6 m de altura. O acesso era feito outrora por uma ponte levadiça, que levava à porta que se encontra bem alta. Atualmente faz-se por uma estreita escadaria exterior, de pedra, adossada à face setentrional de um corpo saliente que serve de escudo ou couraça à própria torre. Na face sul da torre, a meia altura, está adossada uma pedra de armas com os emblemas da Casa de Avis, sinete do monarca que promoveu a edificação. Dentre os elementos decorativos mais interessantes que a torre de menagem, gótica, 33 metros de altura e 17 de base, contam-se as graciosas fiadas de ameias que lhe coroam o eirado e duas elegantes janelas góticas maineladas, uma na face sul, outra na face leste. Nas aberturas e nos cunhais, o material utilizado é o granito, com alguns blocos siglados, enquanto no recheio predomina a alvenaria de xisto. Nos ângulos superiores destacam-se quatro guaritas cilíndricas. A torre está adossada à muralha norte e obedece ao esquema da cidadela encostada a um dos lados da muralha e não no centro. Tem ainda a defendê-la um muro com sete cubelos (três do lado nascente, três do poente e um a sul).

Com a extinção, em 1958 do Batalhão de Caçadores n.º 3 que ocupava o castelo, este alberga atualmente o Museu Militar, nos cinco pisos da Torre de Menagem. Percorrê-los é ficar a conhecer um pouco mais da nossa História e ter oportunidade de refletir como todo o equipamento bélico usado antigamente era afinal tão inofensivo, se comparado com as novas armas de destruição maciça. Vale a pena começar pela cripta para descer a acanhada escada de caracol até às antigas masmorras. Se, no fundo, se podem ver a cisterna e o ergástulo (cárcere), de meter medo ao mais bem-intencionado forasteiro, espreitando pelas ameias, de onde em remotas eras, os defensores davam as boas-vindas aos atacantes com grandes caldeirões de líquidos ferventes (azeites, seiva de pinheiro, etc.), lá no alto, poderá agora desfrutar-se uma inolvidável paisagem, do melhor miradouro da cidade.

O primeiro piso, além da cisterna, apresenta, na Sala do Gungunhana, interessantes artefactos utilizados por diversos povos africanos e a história do célebre chefe tribal que ousou desafiar o poder colonial em África. A partir do segundo piso, as exposições sucedem-se por ordem cronológica, num total de 14 divisões, desde a Sala D. Afonso Henriques até à Sala da Primeira Guerra, estando patente em cada uma, o armamento utilizado na época correspondente. Assim, às cotas de malha medievais seguem-se as bestas e armaduras quinhentistas, as espadas e mosquetes do século XVII, as carabinas e sabres do século seguinte. O primeiro conflito mundial termina a extensa coleção.

A poente do castelo existe uma obra singular, um pelourinho com uma escultura zoomorfa “A Porca da Vila,” um fuste de coluna de granito, cravado no dorso de uma escultura pré-histórica, que lhe serve de pedestal e que representa um berrão. Os berrões eram um ídolo pré-histórico, cujo seu culto era uma prática característica dos povos transmontanos. O monumento é encimado pelo escudo das armas de Bragança e um capitel do qual partem quatro braços, cujas extremidades são decoradas com carrancas. Lá eram amarrados e castigados os

.....
réus de grandes delitos. No pelourinho, eram castigados os criminosos da época medieval.

Encravada nas montanhas do Nordeste Transmontano, a antiga Bragança olha com orgulho do alto da sua cidadela todos quanto a ignoram sem a conhecerem.

A Bragança de hoje, irmã gémea da outra celta e romana, dela herdou costumes, língua e artesanato, sempre marcados pela sua importância militar e estratégica mas sem jamais perder as suas raízes rurais. No Centro da Cidadela, nas pequenas hortas rodeadas de muros baixos crescem figueiras, cerejeiras e legumes, mas a ânsia de verdura dos seus moradores não parece satisfeita pelos extensos contornos e pela presença altiva do *Parque Natural de Montesinho* <http://www.bragancanet.pt/vinhais/vslomba/pnm.html> que se avista do cimo das muralhas. Os jardins prolongam-se nas vielas estreitas, em vasos muitas vezes improvisados onde crescem flores de todas as cores. Logo que chega a primavera, cada pedaço de solo bravo enche-se de papoilas e malmequeres, sobrevoados por bandos agitados de pardais. Como a paisagem é rude e bravia, numa abordagem fugaz dir-se-ia que aqui só há fraguado. Mas numa das mais importantes revoluções pacíficas que aqui ocorreram, os judeus plantaram amoreiras nos interstícios dessas fragas e no séc. XV e XVI, conseguiram o milagre de fazer de Bragança um importante centro fabricante de veludos, damascos, e outros tecidos de luxo. Infelizmente, a Inquisição mostrou-se particularmente ativa em Bragança tendo vitimado 734 artesãos segundo o sábio Abade de Baçal. Nem todos se deixaram apanhar e a maioria (três mil) fugiu. Os teares fecharam, a produção dos belos veludos de Bragança cessou por completo e a terra conheceu um longo e sombrio período de decadência.

Saindo da Cidadela para a Igreja de São Bento (padroeiro da cidade) observemos uma pintura do teto, atribuída ao pintor religioso Bustamante, considerada uma relíquia do barroco nordestino. Mais abaixo, rica em arquitetura religiosa – mais do que na civil -, em que os estilos se confundem um pouco mercê das destruições havidas e posteriores reconstruções, a Igreja de São Vicente, primitivamente românica (século XIII) e reconstruída no século XVII. Embora o pórtico de acesso seja renascentista, esconde no interior uma capela rica em talha dourada e uma abóbada pintada e igualmente dourada. À volta da nave tem interessante azulejaria do século XVII; lateral e exteriormente, encontra-se também um painel de azulejos, alusivo à proclamação, do general Sepúlveda em 1808, contra a ocupação napoleónica. De interesse ainda o artístico fontanário situado na parede deste painel. Convertida posteriormente a hospital militar e em asilo, foi nesta igreja, segundo reza a tradição, que teve lugar o casamento secreto do príncipe e futuro Rei D. Pedro com a dama galega Inês de Castro, abençoado pelo deão da Sé da Guarda. A mesma tradição conta que D. Isabel (Rainha Santa), que se dirigia para Trancoso para a celebração do seu casamento com D. Dinis, pernoitou na Igreja de São Francisco (a quem posteriormente doou grandes bens). Esta igreja era um convento, segundo a tradição edificado na presença de São Francisco de Assis, tema da literatura portuguesa e universal.

Dignas de atenta observação são ainda a Capela da Casa da Misericórdia, com um retábulo de talha dourada do século XVII, e a velha Igreja de Santa Clara (conventual), onde novamente se confundem o estilo renascentista com o barroco, e que possui uma apreciável pintura no teto, datada do século XVIII.

Depois podemos percorrer a Rua Abílio Beça onde ainda existem casas de portais estreitos, lembrando a herança dos judeus que aqui se refugiaram da Inquisição, antes de chegarmos ao célebre Museu Abade de Baçal^[iii] que merece prolongada visita. <http://viajar.clix.pt/com/tesouros.php?lid=316&lg=pt>. O Museu estende-se por dois andares e pelo jardim do antigo Paço dos Bispos. Nas suas bem recheadas salas podem apreciar-se notáveis obras de arte, desde alabardas da época de Bronze e esculturas zoomórficas pré-romanas a móveis dos séculos XVII e XVIII, retratos, pinturas, faianças, etc. Muito tempo será necessário para o visitante percorrer o museu e admirar o recheio de todas as salas; mas também é certo que, numa próxima vinda à cidade, não prescindirá de rever o velho museu, que o carinho do abade de Baçal transformou num dos melhores deste país.

O cruzeiro da Praça da Sé, como referência central da cidade foi erigido em 1689, e depois reconstituído em 1931 aqui mesmo em frente à Catedral Velha, de fachada simples, com portal renascentista de influência barroca e um interior com retábulo de talha dourada e um arco triunfal dominado pelo brasão da cidade. A velha Sé – Catedral, é um templo quinhentista doado aos Jesuítas, que aqui instalaram um colégio até à data da sua expulsão. Pouco depois, este templo foi doado à Mitra de Miranda, mais tarde transferida para Bragança. Também aqui o estilo renascença se deixou infiltrar pelo barroco, sendo de apreciar as suas janelas trabalhadas e, no interior, o rodapé de azulejo do século XVII, o retábulo de talha dourada e o teto da sacristia, apainelado e pintado com o arco renascentista - um arco triunfal - dominado pelo brasão da cidade. A igreja liga-se ao claustro onde funcionava o colégio jesuíta, mais tarde adaptado a liceu, a que dava vida uma imensa e azougada população flutuante de estudantes.

Esta velha urbe transmontana tem mais ainda para oferecer ao visitante. Um passeio pela Estrada do Turismo, ladeada de frondosas árvores, põe agora a cidade a seus pés, numa espetacular policromia, e permite-lhe ainda subir ao cabeço de São Bartolomeu, onde poderá entrar na pequena mas interessante ermida, de onde se desfruta um panorama inesquecível. Depois, está-se de regresso à cidade onde o comboio chegou em 1906. O Espaço Museológico de Bragança fica situado no centro da cidade, na área da antiga estação ferroviária e ocupa a antiga cocheira de carruagens da que foi estação término da linha do Tua. A exposição inclui diverso material ferroviário da Companhia Nacional de caminhos de Ferro. Durante a década de 60 construíram-se a Escola Industrial e o Liceu Emídio Garcia. Em 2004 foi inaugurado o novo Centro Cultural Municipal de Bragança, onde nos encontramos que veio dar uma nova vida ao antigo edifício, com cerca de 400 anos. O edifício reconstruído - que também foi um Colégio de Jesuítas até 1759 e Seminário Diocesano até 1766 - dá agora lugar a um espaço adaptado às novas valências “orientadas para a promoção de atividades artísticas e culturais, como a escultura, a pintura, dança, fotografia, literatura, teatro, música, artesanato, entre outras”.

02. O TRATADO DE BABE

Antes de sairmos da história devemos visitar um dos Tratados mais desconhecidos da História de Portugal e que por estas terras teve lugar: o Tratado de Babe (1387): Com os seus 398 habitantes, Babe remonta a épocas ainda pouco definidas e constitui a porta de entrada do planalto de Lombada. No

.....

século XVIII ainda eram visíveis os restos da antiga igreja de S. Pedro, localizada perto de Castrogosa a sul. Por este mesmo local e a sul o castro da Sapeira, passava a estrada romana que de Braga se dirigia a Astorga. Algumas estelas funerárias e um marco milenário documentam a romanização desta aldeia. Em todo o caso, podemos afirmar, com toda a segurança, que a sua existência é muito antiga. Recuando no tempo, convém dizer que Babe está ligada à nacionalidade através do Tratado de Babe subscrito em 26 de março de 1387, entre D. João I e o Duque de Lencastre. Em dada altura da nossa história, D. João I, Rei de Portugal, ofereceu auxílio ao duque de Alencastre, João de Gaudi, para provocar a divisão das forças e tropas de Castela. É assim que o Inglês desembarca na Corunha, seguindo depois para Melgaço, onde se avistou com D. João. Nesse encontro estipularam as condições do auxílio que, à boa maneira inglesa, comportava o casamento de uma das suas filhas, de nome Filipa com o nosso rei D. João, (já que com ele trouxe duas, vindo a casar a última em Espanha, para firmar outro acordo,). Enquanto as tropas do Duque Inglês seguem para Bragança, consuma-se na cidade do Porto o dito casamento, após o qual o nosso rei haveria de juntar as suas tropas às de Alencastre, hospedado no Mosteiro de Castro de Avelãs. Mas esta demora foi tal que se diz que o Duque resolveu seguir com o seu exército, no momento em que chega a boa nova da chegada do Rei. Com as tropas do Duque em marcha, seguem na direção de Babe, onde aguardam pelas do Rei D. João. É então que, durante esta pausa, o refinado Duque negocia aquele que seria o Tratado de Babe, que obrigava o dito Duque a abdicar de quaisquer direitos que pudesse vir a ter sobre a coroa portuguesa. Diz-se que a Lombada nunca teria estado tão engalanada, já que foram milhares os homens que por ali acamparam, distinguindo-se de entre eles, o Santo Condestável. Deste acordo, mais uma vez Portugal pouco lucrou, já que o Duque inglês, após ter casado as filhas como já referimos, mais nada aconteceu e muito menos a tal divisão das forças castelhanas, há por isso quem afirme até que outra coisa não queria o Duque, que não fora casar as filhas. Aqui existe ainda o Castro de Babe ou Castro da Sapeira, no cume de um outeiro inacessível a Nordeste, onde apareceram lápides funerárias que se encontram no Museu Abade de Baçal em Bragança.

03. OS CARETOS de máscaras diabólicas

Na região compreendida entre os concelhos de Freixos de Espada à Cinta, Miranda do Douro e Bragança, intervém um tipo especial de mascarados no ciclo das Festas do Natal: os "caretos", "chocalheiros", "zangarrões" – "mascarões". A despeito de se apresentarem como as personagens mais características, eles atuam, incongruentemente, como meros mendicantes ao serviço da igreja, percorrendo as localidades a recolher esmolas, na companhia dos respetivos mordomos.

Não há Entrudo sem tropelias. Em Podence, aldeia do concelho de Macedo de Cavaleiros, nada, detém os bandos de Caretos que saem para as ruas em desenfreadas correrias, perseguindo as moçoilas para as "chocalhar". O carnaval de Podence é uma elegia do movimento. Nos dias grandes da festa — domingo Gordo e terça-feira de Carnaval — os Caretos só param para se densedentar ou para combinarem mais uma investida sobre o Largo da Capela, a pequena praça da aldeia onde a gente do lugar e um punhado de forasteiros curiosos se juntam para assistir ao ritual. E como em todas as culturas e latitudes onde se celebra a funçanata, o mote da agitação está impregnado de um desígnio de licenciosidade, feição que tem pai e mãe na dualidade profana e religiosa da tradição: tanto

.....
desvario serve para despedida do inverno e para anunciar a chegada da primavera

Em terras como Bemposta (Mogadouro), onde o costume dos caretos mantém plena vigência, essas personagens saem nos "dias do chocalheiro", a 26 de dezembro a 1 de janeiro, a partir da meia-noite. Máscara e indumentária são pertença da aldeia, e durante o ano ficam à guarda da igreja. O cargo de "chocalheiro" é leiloado todos os anos pelo mordomo da festa, mantendo-se os licitantes em segredo, e atinge somas por vezes vultuosas sendo exercido em cumprimento de promessas. Na companhia dos mordomos, o "chocalheiro" percorre a freguesia batendo a todas as casas e recolhendo as esmolas que ninguém lhe recusa. Exercendo prerrogativa de exceção, entra não raro nas casas e delas leva o que bem entende, especialmente chouriços. A sua atuação na rua é insólita e temida, sobretudo pelas mulheres solteiras, com quem permite liberdades licenciosas, e também pelo rapazio, que foge espavorido, gritando com todas as forças: "Vem aí o "chocalheiro" – Vem aí o diabo!". De facto ele exhibe vários atributos conotados com o diabo, além da máscara, o fato azul mostra uma série de listas brancas e vermelhas, uma caveira pintada nas costas, um rabo de crinas comprido, uma bexiga de porco pendente do capuz e uma figura de serpente a tiracolo.

A tradição local consagra a superstição de que, se alguém morre no dia em que ele deambula pelas ruas, vai para o inferno, o mesmo sucedendo àquele que por ventura morra investido naquela figura. Na verdade, a atuação destes "caretos" denuncia uma personalidade que os situa no domínio do fantástico. Assumindo inteiramente uma natureza diabólica, a sua aparição impõe pelo terror a presença de um ser que se coloca fora da lei e das convenções, que escapa às normas quotidianas e autoriza o que é interdito. Aos olhos das gentes das raras aldeias em que sobrevivem, aparecem como uma verdadeira entidade mágica, sombria e inquietante, mas necessária. Pode pensar-se que a sua aceitação se justifica por conter um sentido vago de proteção da comunidade, sendo através deles que se normalizam certas forças estranhas e difusas que nesse período se creem desencadeadas.

Vamos por fim, depois desta longa digressão pela História, apenas porque creio que sem a conhecermos seremos incapazes de preservar a nossa língua e cultura, falar sobre o 6º Colóquio Anual da Lusofonia

Quando em 2001 preparámos o início dos Colóquios Anuais da Lusofonia – sob a égide do nosso patrono entretanto já falecido, o Embaixador Professor Doutor José Augusto Seabra – queríamos provar que era possível descentralizar a realização destes eventos e que era possível realizá-los sem sermos subsidiodependentes. O ponto de partida foi a descentralização da discussão e das problemáticas da língua portuguesa no mundo. De 2002 em diante, os Colóquios têm-se realizado em Bragança, graças ao apreciável apoio da Câmara Municipal na sua aposta de combate à insularidade em termos culturais. Portugal é um país macrocéfalo; cada ano que passa existe mais Lisboa e o resto confina-se apenas à paisagem. É muito raro os locais do interior, especialmente os mais remotos como Bragança, poderem ter acesso a debates de considerável importância sobre o futuro da língua de todos nós. Com a saída de serviços vitais à fixação de pessoas no interior, com a diminuição da população escolar, a falta

de atrações a nível de emprego, com todos os poderes decisórios radicados na capital, cidades como Bragança estão por vezes mais perto de Madrid do que de Lisboa. Tentando lutar contra essa tendência, conseguiu-se que estes colóquios se tornassem graças à nossa persistência na única iniciativa, concreta e regular em Portugal nos últimos cinco anos sobre esta temática

A intenção destes colóquios é diferente da maioria das realizações congéneres. Caraterizam-se pela sua completa independência de quaisquer forças políticas ou institucionais e asseguram essa sua “independência” através do simbólico pagamento das inscrições de oradores e assistentes ou participantes presenciais. Esta independência e o seu caráter não-subsidiado permitem viabilizar a participação de um leque alargado de oradores, desassombrados, sem peias, sem temores nem medo de represálias dos patrocinadores institucionais sejam eles governos, universidades ou meros agentes económicos. Felizmente contamos com o apoio essencial, ao nível logístico, da autarquia. Esta, fez a sua aposta cultural na divulgação e realização deste importante evento anual e a ela se associa nas suas várias componentes.

Os encontros e conferências de formato tradicional são reuniões em que o final há uma acta cheia de boas intenções com as conclusões, mas nós inovámos e introduzimos em 2002, uma coisa hoje normal, o hábito de entregar os CD com as Atas no início das sessões. Estes Colóquios podem ser – ou não - marginais em relação às grandes diretrizes aprovadas nos gabinetes de Lisboa ou de Brasília, mas na prática têm servido para inúmeras pessoas aplicarem as experiências doutros colegas à realidade do seu quotidiano de trabalho com resultados surpreendentes e bem acelerados. Visam aproveitar a experiência profissional e pessoal de cada um dentro da sua especialidade e dos temas que estão a ser debatidos, para que os restantes oradores possam depois partir para o terreno, para os seus locais de trabalho e utilizarem esses instrumentos que já deram resultados noutras comunidades. Ou seja verifica-se a criação de uma rede informal que permitiu um livre intercâmbio de experiências e vivências, que se prolongou ao longo destes cinco, muito para lá do colóquio em que intervieram. Em 2004 fizemos a campanha que ajudou a salvar o **Ciberdúvidas**, em 2005 assistimos ao lançamento do **Observatório da Língua Portuguesa**, integrado na CPLP, e em 2006 foi a vez de lançarmos as pedras para a criação da **Academia Galega da Língua Portuguesa**. Para 2007 assinala-se a atribuição do 1º **Prémio Literário da Lusofonia** patrocinado pela Câmara Municipal de Bragança e iremos dar seguimento à concretização desse grande projeto que é a **Diciopédia ou Dicionário Contrastivo da Língua Portuguesa**.

As atividades paralelas crescem de ano para ano, bem como a sua componente lúdica-cultural, que permitem, algo que não sucede em eventos congéneres: a confraternização cordial, aberta, franca e informal entre oradores e presenciais, caracterizada por almoços e jantares de dezenas de pessoas e passeios lúdico-culturais [no passado ao Parque Natural de Montesinho, Rio de Onor e à Cidadela, e a Miranda do Douro (desde 2006)] em que do convívio saíram reforçados os elos entre as pessoas, que se irão manter a nível pessoal e profissional. Todos os participantes têm podido trocar impressões, falar de projetos, partilhar ideias e metodologias, fazer conhecer as suas vivências e pontos de vista, fora das sessões, alargando esta rede informal dos Colóquios Anuais da Lusofonia.

O tema central para a edição de 2007 é a **Língua Portuguesa no século XXI: a variante brasileira rumo ao futuro**. *O risco real da separação ou não. Unificação ou diversificação: esta a agenda para as próximas décadas*. Iremos debater a possibilidade de a variante brasileira se tornar numa língua própria e suas consequências, fazer uma análise da situação nos últimos anos, e perspectivas. Incluímos como tema especial este ano a celebração do centenário do nascimento de Miguel Torga. Por último, como é habitual, debateremos a Tradução, instrumento para perpetuar a Língua Portuguesa e manter a sua criatividade nos quatro cantos do mundo. Um vasto painel de peritos debaterá estes temas. Para os quatro dias do Colóquio deste ano pretendeu-se chamar à ribalta a problemática do Acordo Ortográfico e a variante brasileira no século XXI.

Como atrás dissemos, pelo 5º ano teremos o apoio inequívoco da Câmara de Bragança que para além do 1º Prémio da Lusofonia vai disponibilizar, nos próximos dias, as Atas dos últimos Colóquios em livro. Iguamente teremos as atividades paralelas (de extremo sucesso em eventos anteriores) com o Lançamento de dois Livros, Recitais de Música, Teatro, Exposições de Fotografia, Filmes-Documentários, uma Mostra de Artesanato de artesãos transmontanos e uma Mostra de Livros de autores portugueses (e de mirandês), numa demonstração da lata abrangência destes Colóquios. Queremos ainda destacar os 2 recitais inéditos de música e uma peça de teatro que se estreiam no Teatro Municipal hoje e amanhã, para além de exposições de fotografia e de documentários televisivos em exibição no salão do piso 0 da entrada para a Biblioteca, e a habitual presença de artesãos locais e duma representação de Miranda do Douro, onde se fala a segunda língua oficial de Portugal.

A diversidade cultural, onde se insere a diversidade linguística, é um elemento fundamental da riqueza patrimonial de um povo. Interrogar essa realidade entre nós, é chamar a atenção para a necessidade de valorizar a diferença e a tolerância, aprofundando a democracia cívica. Portugal e Brasil renegaram durante muito tempo essa realidade. Hoje, lentamente, acordam para ela, mas o fato parece ainda não lhe assentar à medida, desconhecendo que assim se empobrecem e dão uma imagem menos rica e menos democrática de si mesmos.

É preciso também refletir sobre as bases de um novo modelo de desenvolvimento económico que não tenha como medida exclusiva os quilómetros de asfalto ou as toneladas de betão, já que como todos sabemos este é o único distrito do país sem um só quilómetro de autoestradas.

Foi possível trazer a Bragança dois académicos de alto gabarito, irremediavelmente ligados aos Acordos Ortográficos e à evolução da Língua Portuguesa. Trata-se dos professores Malaca Casteleiro da Academia de Ciências de Lisboa e de Evanildo Bechara da Academia de Letras do Brasil, e aqui tivemos o apoio da Associação de Amizade Galiza-Portugal para a concretização deste desiderato. É uma honra rara para Bragança a presença destes dois académicos.

Nestes colóquios temos vindo a alertar para a necessidade de sermos competitivos e exigentes. Sempre afirmei que não podemos nem devemos esperar pelo Estado ou pelo Governo e tomarmos a iniciativa em nossas mãos.

Assim como criamos estes Colóquios, também cada um de nós pode criar a sua própria revolução, em casa com os filhos, com os alunos, com os colegas e despertar para a necessidade de manter viva a língua de todos nós. Sob o perigo de soçobrarmos e passarmos a ser ainda mais irrelevantes neste curto percurso terreno. Urge pois apoiar uma verdadeira formação dos professores da área, zelar pela dignificação da língua portuguesa nos organismos nacionais e nos internacionais dotá-los com um corpo de tradutores e intérpretes profissionalmente eficazes. Jamais podemos esquecer que a língua portuguesa mudou através dos tempos, e vai continuar a mudar. A língua não é um fóssil. Também hoje, a mudança está a acontecer. Nas comunidades PALOP as novas gerações falam os dialetos locais e aprendem inglês relegando o Português para níveis residuais, porque poucos são os que têm orgulho de falar Português.

Portugal e Brasil continuam a valorizar o acessório e a subestimar o essencial. O tão apregoado Acordo Ortográfico, começa a suscitar dúvidas e opiniões diversas como veremos nalguns dos temas a debater este ano. Tal como em França se tem provado, a língua não se faz por decreto mas sim por vontade popular que é a mais democrática das armas, e é o povo quem a domina. Devemos deixar que a língua siga o seu rumo natural e seja cada vez mais viva em vez de a amordaçarmos a Acordos Ortográficos. Embora admitamos a necessidade de existirem normas tendentes a uma possível uniformização, a língua não se decreta! Todos nos entendemos mesmo com grafias diferentes. A língua deve evoluir ao sabor de cada país com palavras distintas, grafias e vivências diferentes. Os portugueses e brasileiros não têm uma verdadeira política da Língua, e não conjugam objetivos através duma CPLP adormecida enquanto franceses e ingleses estão bem ativos. Irá depender sobretudo do esforço brasileiro em liderar que a Lusofonia poderá avançar, levando a reboque os países africanos ainda cheios de complexos do colonizador Portugal e das conotações erradas que mantêm sobre a palavra Lusofonia. A Língua Portuguesa é alimentada de forma diferente de acordo com as realidades sociais, económicas, culturais dos países onde está instituída, geograficamente distantes uns dos outros. A Língua Portuguesa pode ser o veículo de aproximação entre os países lusófonos e as comunidades lusofalantes em todos os continentes. No entanto vivemos de costas voltadas uns para os outros. Por motivos políticos, por medo de invasões passadas e futuras, crescemos ignorando o drama dos nossos irmãos lusofalantes da Galiza. O atual impacto mundial da língua portuguesa existe sobretudo por ação dos outros. A R. P. da China prepara os seus melhores quadros para dominarem a língua portuguesa e desta forma conquistarem os mercados lusófonos, especialmente em África onde a Europa e o resto mundo nada viram de aproveitável além das riquezas minerais.

A terminar quero referir que este ano (dentre mais de uma centena) selecionaram-se 57 oradores, o que é um número recorde de participações desde sempre. Estão representadas dezenas de entidades e 25 Universidades de Portugal, Brasil, Nigéria, Roménia, Espanha:

1. Faculdade de Letras Universidade “BABES-BOLYAI”, CLUJ; ROMÉNIA,
2. UNIR Universidade Federal de Rondónia, Vilhena
3. Universidade de Aveiro, Santiago. Brasil,
4. Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Brasil,
5. Portuguese Unit, Dept. of Foreign Languages, Lagos State University, Ojo, Lagos Nigéria,

6. Liceu IES Salvador de Madariaga, Acrunha / Coruña) Galiza,
7. Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, Brasil,
8. Universidade de S. Paulo, Brasil,
9. Instituto Galego de Estudos de Segurança Internacional e da Paz (IGESIP), Galiza,
10. Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL, Brasil,
11. Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, Brasil,
12. Universidade do Minho, Braga, Portugal,
13. PPGLL, Universidade Federal de Alagoas, Brasil,
14. UID, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, Porto,
15. FCSH Universidade Nova, Lisboa,
16. Universidade de Alcalá, Madrid (Espanha),
17. UTAD (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro), Vila Real, Portugal,
18. Associação de Amizade Galiza-Portugal, Galiza,
19. Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, Braga, Portugal,
20. Escola Superior de Educação de Coimbra Portugal,
21. Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal,
22. Escola Superior de Educação de Bragança, Instituto Politécnico de Bragança, Portugal,
23. UEPB/FUNESO/UFPB (PROLING), Recife, Brasil,
24. Universidade de Franca / Universidade de Taubaté, Brasil,
25. Departamento de Linguística e Literaturas, Universidade de Évora, Portugal,
26. AGAL (Associação Galega da Língua) Galiza, Universidade de Vigo, Galiza,
27. Instituto Superior de Contabilidade e Administração, Instituto Politécnico do Porto Portugal,
28. Centro de Estudos Comparatistas Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa Portugal,
29. Departamento de Línguas e Cultura, Universidade de Aveiro, Portugal